



Políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985)

Renato Luis Pinto Miranda¹
Diogo Oliveira Braz²
Fátima Caroline Pereira de Almeida Ribeiro³

Resumo

Este artigo pretende investigar como se deu o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985), traçando um paralelo entre os dois períodos. A pesquisa tem caráter qualitativo, descritivo e analítico e adota como referencial teórico artigos das principais bases de produções científicas e livros sobre o tema. Após uma breve introdução, serão apresentados os conceitos dos/das principais autores/as utilizados como aporte para este trabalho - Calabre (2006; 2009; 2014); Ferron e Arruda (2019); Botelho (2020); Rubim (2007); Rubim e Rocha (2020) -, seguidos da descrição e da análise dos resultados obtidos. Na última seção, as considerações finais apontam que, no cenário brasileiro, devido ao mau emprego da burocracia no Estado, muitas ações de políticas públicas são prejudicadas em sua realização.

Palavras-chave

Políticas Públicas;
Políticas Culturais Brasileiras;
Era Vargas;
Ditadura Militar Brasileira.

Brazilian cultural policies in the Vargas Era (1930-1945) and in the Military Dictatorship (1964-1985)

Abstract

This paper aims to investigate the development of Brazilian cultural policies during the Vargas Era (1930-1945) and the Military Dictatorship (1964-1985), drawing a parallel between the two periods. The research has a qualitative, descriptive and analytical character and adopts as theoretical reference articles from the main bases of scientific production and books on the subject. After a brief introduction, the concepts of the main authors used as support for this work will be

Keywords

*Public Policies;
Brazilian Cultural Policies;
Vargas Era;
Brazilian Military*

¹Professor Associado I do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (Profiap/Ufal); doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). E-mail: renato.miranda@arapiraca.ufal.br.

² Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (Profiap/Ufal). E-mail: diogo.braz@proex.ufal.br.

³ Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (Profiap/Ufal). E-mail: caroline.almeida@proex.ufal.br.

presented - Calabre (2006; 2009; 2014); Ferron e Arruda (2019); Botelho (2020); Rubim (2007); Rubim e Rocha (2020) -, followed by the description and analysis of the results obtained. In the last section, the final considerations point out that, in the Brazilian scenario, due to the misuse of bureaucracy in the State, many public policy actions are hindered in their realization.

Dictatorship.

Introdução

As políticas culturais são um importante fator agregador de grupos sociais excluídos e marginalizados, pois, por meio da democratização do acesso a bens culturais, proporcionam que membros desses grupos possam expressar sua cultura e seu modo de vida, passando a ser vistos e socialmente reconhecidos.

Com a promoção de políticas públicas de cultura, o Estado assume papel fundamental na visibilização de atividades e de grupos artísticos. Ao longo dos anos, desde a Era Vargas (1930-1945), período em que foram implementadas as primeiras iniciativas das políticas culturais no Brasil, elas vêm passando por diversas modificações.

Este artigo procura responder à seguinte questão: como se deu o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945) e no período da Ditadura Militar (1964-1985)?

Para responder à pergunta norteadora da investigação, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e analítico, adotando como referencial teórico artigos das bases de produções científicas Capes e SciELO e livros sobre o tema. Os/as principais autores/as utilizados como aporte para este trabalho são: Calabre (2006; 2009; 2014); Ferron e Arruda (2019); Botelho (2020); Rubim (2007); Rubim e Rocha (2020)

Para a pesquisa nas bases de dados, foram utilizadas como palavras-chave os seguintes termos e operadores booleanos: *Cultural Policy OR Cultural Public Policies OR Brazilian Cultural Policies AND Vargas Era AND Brazilian Military Dictatorship*, com o objetivo de fornecer escopo teórico para esta investigação.

O texto apresenta a seguinte estrutura de tópicos: Introdução; Referencial Teórico - subdividido nas seções: Histórico das Políticas Públicas Culturais Brasileiras; Regime Militar no Brasil: “Anos de Chumbo” e Engessamento da Cultura; Fim do Regime Militar e Processo de Redemocratização do Brasil - e Considerações Finais.

Referencial teórico

Histórico das Políticas Públicas Culturais Brasileiras

O surgimento das primeiras políticas públicas culturais brasileiras data do século 20, mais precisamente durante a Era Vargas (1930-1945), quando o País era governado por Getúlio Vargas. À época, o Brasil estava imerso em um contexto de diversas e significativas mudanças na sociedade, na cultura e na economia:

decadência da República Velha; Revolução de 1930; surgimento do proletariado e da classe média; ascensão da burguesia em oposição à oligarquia; concentração de poder no Governo Federal.

Para Antônio Rubim (2007, p. 11), a história das políticas culturais brasileiras é marcada por tristes tradições que podem ser traduzidas em: autoritarismo; descontinuidades; impasses; paradoxos; caráter tardio e desafios.

No Brasil, definir política cultural como um campo no qual devem atuar o poder público e os mais diversos setores da sociedade civil, há alguns anos, era falar de um modelo ideal, quase utópico. A história das políticas culturais no Brasil, até a chegada do século XXI, teve seus pontos altos, contraditoriamente, nos períodos de governos autoritários. Tal conjuntura não atende aos preceitos do conceito de políticas culturais que foi construído, internacionalmente, a partir da década de 1970, tendo por base ações conjuntas e partilha de poder decisório entre Estado e sociedade civil. (Calabre, 2014, p. 140).

Segundo Valente e Handfas (2012, p. 279), as décadas de 1920 e 1930 representaram um período fundamental para a intelectualidade brasileira tomar consciência com relação à preservação do patrimônio cultural.

Getúlio Vargas, por meio do golpe de Estado resultante da Revolução de 1930, assumiu a Presidência do Brasil no que seria um Governo Provisório (Santos, 2012, p. 138). No entanto, Vargas permaneceu na Presidência do Brasil até 1945, em um governo dividido em três fases: Governo Provisório (1930-1934); Período Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945) (Calabre, 2009, p. 15).

Na gestão de Vargas, ocorreram: criação da Justiça Eleitoral; instituição de voto secreto e obrigatório; direito ao voto e à candidatura a mulheres maiores de 21 anos; criação do Ministério do Trabalho; determinação da carga horária trabalhista em oito horas diárias; criação da Carteira de Trabalho e concessão do direito a férias.

A Era Vargas também foi marcada por aspectos como centralização política, governança autoritária, intenção de formar uma identidade brasileira e adoção, dentre outras, das seguintes medidas: extinção de laços entre o Estado e as elites nacionais que governavam o Brasil; aumento da burocracia nacional; fechamento do Congresso Nacional e dissolução das Assembleias Legislativas estaduais e municipais; veto à Constituição de 1891; nomeação de interventores para governar os Estados.

Em 1936, o escritor Mário de Andrade elaborou o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão que hoje corresponde ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Durante a Era Vargas, também foram fundados o Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince) e o Instituto Nacional do Livro (INL) - que proporcionou o desenvolvimento do mercado editorial nacional.

Mário de Andrade foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Theatro Municipal de São Paulo, que resultou na posterior criação do Movimento Modernista do Brasil. A ação propunha a elaboração de uma arte com

identidade nacional, valorizando a cultura brasileira e renovando a estética da literatura, das artes plásticas e de outras manifestações artísticas produzidas em território nacional.

Para André Botelho (2020, p. 176), além do pontapé inicial para o surgimento de um movimento cultural e estético nacional, a chamada “Semana de 22”, cujo centenário foi comemorado em 2022, engloba, se analisada pelo viés sociológico, definições de cultura e sociedade mais expansivas: “na sucessão das gerações enlaçadas por seus valores e práticas estéticas e culturais, o modernismo acabou se impondo como uma espécie de ponto de vista, de lugar de onde se observar e avaliar a cultura brasileira”.

E isso vai além do caráter de movimento cultural estético, ao estabelecer debates políticos acerca das relações entre intelectuais e o Estado, mais precisamente na conjuntura política estabelecida por Getúlio Vargas. Ainda de acordo com Botelho (idem, p. 182), havia “empenho dos modernistas na renovação cultural brasileira e o lugar estratégico que a própria ideia de ‘cultura nacional’ passava a assumir no projeto centralizador do Estado autoritário e corporativo que então se implantava”.

Botelho (2020, p. 183) questiona: “[s]eria possível, porém, aproximar a participação dos modernistas no Estado Novo de uma estratégia característica dos movimentos sociais?”. Para responder a esta pergunta, o pesquisador parte das seguintes premissas: 1) a relação entre os movimentos sociais e o Governo com base no confronto, sendo o Estado o inimigo a ser vencido; 2) a relação de negociação entre o Estado e os movimentos culturais, sendo o Estado um aliado.

De um lado, os movimentos sociais, em sua representação clássica, exigiriam do Estado uma mudança estrutural, a fim de redistribuir os recursos, enquanto os movimentos culturais buscariam, coligando-se ao Estado, promover alterações nas matrizes culturais sociais, alterando aspectos que orientam a ação estatal como instituição detentora de poder. Situados entre aspectos da vida pessoal e política, os movimentos culturais associam-se a diversas modificações na formação identitária individual em sociedades modernas, intervindo em modos de comunicação e na compreensão da cultura, gerando ou não efeitos em outros movimentos da mesma natureza, grupos provenientes do interior ou, até mesmo, movimentos sociais (Botelho, 2020, p. 191).

O ministro Gustavo Capanema, durante sua gestão, entre 1934 e 1945, à frente do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública - fundado em 1930 pelo presidente Vargas -, ao qual se encontrava subordinada a pasta da Cultura, “foi pioneiro ao enxergar a cultura como um elemento progressista capaz de beneficiar a nação através da formação de um cidadão brasileiro. [...] [A] elaboração de uma política cultural foi vista como alicerce para o desenvolvimento do país” (Guimarães, 2020, p. 413).

De acordo com Antônio Rubim (2007, p. 18), “[a] gestão inauguradora de Vargas/Capanema cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais”. No ponto de vista do autor, essa relação

representa um aspecto marcante e problemático na história das políticas culturais brasileiras.

Guimarães (2020, p. 413) afirma que “[o]s períodos de autoritarismo, militarismo e abertura mercadológica imprimiram um caráter distinto às políticas que definiram a forma pela qual o Estado trata a política cultural”. Assim, tem-se a compreensão de que as políticas culturais não podem ser dissociadas do contexto histórico e do Governo vigente à época de sua criação/implementação.

Lia Calabre (2009, p. 46) pontua que, após o fim da Era Vargas - marcada pela centralização do poder político e pelo enfraquecimento das oligarquias regionais; dissolução do Poder Legislativo pelo presidente, que contava com o apoio do Exército; modernização econômica e consequente desenvolvimento da siderurgia e da metalurgia -, o Brasil passou por um período democrático, entre 1945 e 1964, quando se destacaram no âmbito cultural: o aumento do consumo cultural; o crescimento das emissoras de rádio; o estímulo da produção de filmes; a politização das artes e de movimentos como o Cinema Novo, nas artes visuais, e a Bossa Nova, na música.

Calabre (2009, p. 43) aponta como característica das políticas adotadas durante a gestão Vargas “articular as mais diversas demandas setoriais - muitas delas presentes desde a década de 1920 - com interesses do Estado, transformando-as em ações efetivas”. No entanto, mesmo com toda a efervescência vivenciada, as políticas culturais dessa época não tiveram participação ativa por parte do Governo. Com o fim do Estado Novo, a iniciativa privada assumiu a elaboração de políticas e ações culturais, antes concentradas nas mãos do regime autoritário.

Uma vez que a concentração das políticas públicas revelou-se um aspecto dos regimes de exceção, observa-se que, durante a Ditadura Militar (1964-1985), esse ciclo voltou a se repetir. A instabilidade política brasileira em tais períodos deixou um legado de alternância entre o autoritarismo e a ausência de planejamento nas políticas culturais nacionais.

Regime Militar no Brasil: “Anos de Chumbo” e Engessamento da Cultura

De 1964 a 1985, o Brasil viveu um dos períodos mais tenebrosos de sua história quanto às liberdades civis e individuais: o Golpe Militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, conhecido como Jango, e instaurou um regime ditatorial no País por 21 anos.

Na Guerra Fria, período subsequente à Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética (URSS) polarizaram-se em lados político-econômicos opostos - respectivamente, o capitalismo e o socialismo. Diante da “ameaça comunista” que a influência da URSS representava para a elite brasileira, difundiu-se entre a população o medo da implantação do regime comunista no Brasil, enfraquecendo o Governo Jango - que atendia a demandas populares, como reajuste salarial e discussão da implantação da reforma agrária.

Apoiados pela elite nacional e por grupos políticos de direita, descontentes com a política de Jango, os militares assumiram a governança do Brasil, fecharam o

Congresso Nacional e expandiram o poder do Governo Federal, que novamente centralizou o Estado. Os Estados nacionais sofreram diversas intervenções em várias áreas, tendo sua autonomia drasticamente reduzida sob o poderio militar, que justificava suas medidas com a preocupação de manter o Brasil unido e promover o desenvolvimento integrado do País (Rubim; Rocha, 2020, p. 99).

O Regime Militar foi visto, por parte da sociedade e por alguns políticos apoiadores, inicialmente, como período de transição de poder, até que a “ameaça comunista” fosse dissipada e reestabelecida a “ordem” no Brasil. No entanto, não foi isso o que ocorreu: com o passar dos anos, a Ditadura fortalecia-se cada vez mais.

No mandato de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil alcançou o chamado “milagre econômico”, crescimento proveniente da estabilização econômica nacional (Paulino, 2020, p. 564). Entretanto, o Governo Médici também foi o maior período de repressão política da história do País, com a restrição de liberdades individuais e arbitrariedades cometidas pelos militares, como prisões, torturas, perseguições e assassinatos de pessoas consideradas subversivas ou críticas do regime político vigente.

O milagre econômico custou caro: a concentração da renda acentuou as desigualdades sociais e a pobreza no Brasil, pois impediu que a população mais pobre tivesse acesso a melhores condições de vida. O controle dos sindicatos por parte do Governo atravancou a organização dos trabalhadores para a conquista de direitos. Empréstimos estrangeiros resultaram em uma imensa dívida externa, que manteve o País estagnado por anos (Calabre, 2009, p. 105).

Na Ditadura, o Governo Federal utilizou a censura como forma de boicotar obras consideradas subversivas ou produzidas por pessoas contrárias à forma de governo vigente. O Estado Nacional atuava como produtor cultural, ditando o que seria produzido e consumido pela população, visando à manutenção de uma “unidade nacional” da memória cultural (Rubim; Rocha, 2020, p. 99).

Durante o Estado Novo e o Governo Militar, investimentos em Cultura eram representados pela iniciativa privada, característica típica dos regimes ditatoriais. Bruno Costa Guimarães (2020, p. 414) aponta que, com a derrocada do Estado Novo, “o vácuo gerado pela queda de um regime autoritário foi preenchido pela participação da iniciativa privada na elaboração de políticas e ações culturais”.

A situação repetiu-se mais adiante, com a queda do Regime Militar. Guimarães (idem, ibidem) conclui que “[a] instabilidade política do Brasil no século passado deixou como herança a alternância entre autoritarismo nas políticas culturais e ausência de planejamento centralizado de cultura, [...] preenchida pelo mercado e [pela] iniciativa privada”.

Calabre (2009, p. 11) destaca que, “na década de 1960, o governo federal implementou algumas ações visando a estruturar uma política para o setor”. Para a autora (idem, ibidem), as políticas culturais do Regime Militar podem ser assim subdivididas e caracterizadas:

Quadro 1 - Políticas culturais durante o Regime Militar

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
De 1966 a 1973	Forte presença do Conselho Federal de Cultura
De 1974 a 1979	Criação e reformulação da estrutura pública, contribuindo para a institucionalização da área
De 1979 até o fim do Governo Figueiredo	Efetiva presença, em escala nacional, das instituições fundadas em períodos anteriores

Fonte: Elaborado pelos autores (2022) com base em Calabre (2009).

Calabre (2009) conclui que “o dimensionamento de tais necessidades para elaboração de políticas é determinado por formas de governo mais democráticas - que levam em consideração a diversidade cultural local - ou menos democráticas - que determinam autocraticamente as ações do Estado”.

Fim do Regime Militar e Processo de Redemocratização do Brasil

Após 21 anos de período ditatorial, o Brasil passou por um processo de redemocratização. Durante o Governo do general Ernesto Geisel (1974-1978), visto como um gestor da “ala moderada” dos militares, iniciou-se a chamada abertura política do Regime. De acordo com Ferron e Arruda (2019, p. 174), essa nova postura abriu espaço para discussões de intelectuais e artistas de oposição sobre as questões culturais. Os debates fortaleceram-se em 1984, durante a realização da campanha das Diretas Já!, movimento político-social que reivindicava o fim da Ditadura e a chamada de eleições diretas para presidente do Brasil.

Segundo alguns historiadores, a estratégia dos militares não visava à redemocratização do País, mas a uma abertura política para a escolha de governos civis vinculados aos seus interesses. No entanto, a gigantesca adesão da população brasileira ao movimento pela redemocratização frustrou os planos militares.

No governo do último presidente militar, general João Baptista Figueiredo (1978-1985), marcado por uma grave crise econômica, com a inflação em alta, foi elaborada uma Proposta de Emenda à Constituição: a Emenda Dante de Oliveira, apresentada pelo deputado homônimo, natural do Estado do Mato Grosso. Essa Emenda previa o fim do Colégio Eleitoral e das eleições indiretas e o estabelecimento de eleições diretas para a Presidência do Brasil.

Em uma sessão tensa, a proposta foi rejeitada pelos deputados. No entanto, mesmo assim, diante da pressão popular e do cenário político-econômico caótico em que o Brasil estava mergulhado, o Regime Militar foi perdendo suas forças. A partir daí, vislumbrava-se um cenário próximo para a retomada da democracia (Calabre, 2009, p. 99).

Em 1985, Tancredo Neves, candidato da oposição aos militares, foi eleito o primeiro presidente do Brasil após 21 anos de Ditadura Militar. Sua eleição deu-se de forma indireta, via Colégio Eleitoral, devido à rejeição da Emenda Dante de Oliveira. Tancredo derrotou Paulo Maluf, candidato apoiado pelos militares, mas não chegou a assumir a Presidência: adoeceu e morreu antes de tomar posse. Em seu

lugar, assumiu o mais alto cargo do Executivo do Brasil seu vice, José Sarney (idem, ibidem).

O fim do Regime Militar e a redemocratização do Brasil deram início a um período em que o Estado afastou-se da responsabilidade de formular políticas culturais, cabendo novamente à iniciativa privada assumir esse papel.

Procedimentos metodológicos

A fim de cumprir sua proposta de investigar como se deu o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945), quando essas políticas começaram a ser implementadas, e no período da Ditadura Militar (1964-1985), traçando um paralelo entre as duas épocas, esta pesquisa assumiu um caráter qualitativo, descritivo e analítico, adotando o levantamento bibliográfico para a composição de seu escopo teórico, trazendo contribuições dos/das seguintes autores/as: Calabre (2006; 2009; 2014); Ferron e Arruda (2019); Botelho (2020); Rubim (2007); Rubim e Rocha (2020).

Além do levantamento bibliográfico, foi realizada pesquisa em bases de dados de artigos científicos, utilizando como palavras-chave os seguintes termos e operadores booleanos: *Cultural Policy OR Cultural Public Policies OR Brazilian Cultural Policies AND Era Vargas AND Brazilian Military Dictatorship*.

Inicialmente, foram encontrados 699 artigos neste levantamento. A partir da utilização dos filtros: Revisão por pares Idioma (português; inglês); Ano de publicação (2000-2021) e Tipo de literatura (artigo) e dos Critérios de exclusão Idioma (francês); Tópicos (Violência; Ciências Ambientais; História e Arqueologia; Negócios; Saúde Pública; Engenharia; Direito; Trabalho; Gênero; Desenvolvimento Sustentável; Geografia; Habitação), seguida da leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, do conteúdo total dos textos, chegou-se a um número final de 31 artigos para o referencial teórico desta pesquisa.

Resultados obtidos

A partir das informações levantadas por meio desta pesquisa, observamos que as políticas públicas culturais brasileiras têm suas raízes no período da Era Vargas (1930-1945), época em que a história política brasileira era marcada pela centralização de poder e que inaugurou o caráter do Estado como responsável por elaborar um sistema político cultural.

Durante a gestão de Vargas, o Estado brasileiro fortaleceu-se e disseminou sua atenção e atuação para áreas que antes não eram valorizadas, a exemplo da Cultura. Até então, esta pasta era subordinada ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, criado por Vargas em 1930.

Entre 1945 e 1964, a elaboração de políticas culturais ficou a cargo da iniciativa privada. Com o Golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Militar, a Cultura passou, novamente, a ser tratada de maneira centralizada pelo Estado, que voltou a ser protagonista nesta área.

No Governo Militar, foram criados setores, planos de ação e de financiamento destinados à Cultura, a exemplo do Plano de Ação Cultural (PAC), que promovia a abertura de crédito de financiamento de projetos culturais, fundado na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), durante o Governo Médici (1969-1974); o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e a Fundação Nacional de Arte (Funarte). Nesse período, a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme), estatal brasileira de economia mista responsável pela produção e distribuição de filmes cinematográficos, criada em 1969, passou por um processo de reformulação (Calabre, 2009, p. 78).

Em 1976, foi lançado o Plano Nacional da Cultura (PNC), que tinha como objetivo implementar um processo de elaboração e coordenação de ações culturais idealizadas e promovidas pelo Governo, dentro das características centralizadoras e censoras da política militar. Na mesma época, também foi ventilada a ideia de fundação de um Ministério exclusivo para a pasta da Cultura (idem, p. 79).

A seguir, apresenta-se um quadro com as intuições culturais criadas durante os recortes temporais estudados nesta pesquisa.

Quadro 2 - Instituições culturais fundadas em períodos políticos distintos

GOVERNO VARGAS (1930-1945)	DITADURA MILITAR (1964-1985)
Ministério da Educação e Saúde (MES) Inspetoria dos Monumentos Nacionais Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) Museu Nacional de Belas Artes Instituto Nacional do Livro (INL) Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) Serviço Nacional de Teatro (SNT) Serviço de Radiodifusão Educativa Conselho Nacional de Cultura (CNC)	Ministério da Educação e Cultura Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) Fundação Biblioteca Nacional Fundação Casa de Rui Barbosa Fundação Nacional das Artes Conselho Federal de Cultura Conselho Nacional de Direito Autoral

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No cenário de abertura política gradativa sinalizada pelo Governo Médici, o Estado de São Paulo foi pioneiro na fundação de uma Secretaria de Cultura, em 1979, por meio do Decreto n. 13.426, na gestão do então governador Paulo Maluf, em um ato discricionário, que não foi tramitado na Assembleia Legislativa de São Paulo e nem contou com a participação da sociedade civil (Ferron; Arruda, 2019, p. 174). Outros Estados, a exemplo do Paraná, tomaram a mesma direção e criaram suas Secretarias de Cultura dissociadas das Secretarias de Educação.

Considerações finais

Políticas públicas consistem em instrumentos que asseguram à população o bem-estar social. É dever do Estado utilizá-las para garantir os direitos presentes na Constituição Federal, com base no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, constitucionalmente estabelecido (Brasil, 1988). As políticas culturais incluem-se nas políticas públicas e são essenciais para a população de um Estado.

Este artigo teve como principal objetivo responder ao seguinte questionamento: como se deu o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985)?

A partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, descritiva e analítica, foram apresentados os principais pontos de cada um dos dois momentos histórico-políticos de estado de exceção vivenciados pelo Brasil aqui abordados, estabelecendo um paralelo entre eles e apresentando as diferenças com relação às práticas de regimes governamentais democráticos.

Em sistemas de Governo como o Estado Novo e a Ditadura Militar, as liberdades individuais são ameaçadas e os direitos, suprimidos, ficando o poder de decisão centralizado no Estado - que deveria estabelecer políticas públicas para garantir integralmente o cumprimento dos direitos civis.

Por meio desta investigação, constatou-se que a concentração das políticas públicas nas mãos do Estado é uma característica comum de regimes ditatoriais. A instabilidade política em ambos os períodos aqui estudados revela um legado de alternância entre o autoritarismo e a ausência de planejamento nas políticas culturais nacionais. Deste modo, conclui-se que as políticas culturais não podem ser dissociadas do contexto histórico e do Governo vigente quando de sua criação/implementação.

Em Governos democráticos e estáveis, cabe aos cidadãos e cidadãs assumir seu papel de sujeitos/as de direitos e obrigações, cobrando do Estado a realização de políticas públicas não só na área de Cultura, como também em Educação, Saúde e outros setores, colocando o interesse público e coletivo acima do individual.

A participação social é um dos instrumentos democráticos fundamentais para a efetivação de políticas públicas, pois permite que a sociedade seja parte do processo de elaboração e implementação destas, atuando ativamente nas questões sociais.

No cenário brasileiro, em diferentes períodos históricos, observa-se que, devido ao mau emprego da burocracia no Estado, muitas ações de políticas públicas são prejudicadas ou mesmo “travadas” em sua realização. Além disso, há a interferência de grupos políticos que priorizam suas inclinações econômicas e sociais, em detrimento do bem-estar da sociedade em geral, favorecendo os interesses de uma minoria da população.

Por isso, faz-se cada vez mais necessária a participação social ativa em defesa dos direitos estabelecidos constitucionalmente e do acesso às políticas públicas por todos os grupos sociais, sem exclusão ou marginalização de nenhum deles. Cabe à população assumir seu protagonismo de cidadã e reivindicar o cumprimento efetivo do papel do Estado como gestor para que o bem-estar coletivo seja alcançado.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Nilo Lima de; CAMPOS, Mauro Macedo; LIRA, Rodrigo Anido (2020). “Por que os conselhos não funcionam?: entraves federativos para a participação popular no Brasil”. *Dilemas: Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* [online], v. 13, n. 2, p. 439-461. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.21870>. Acessado em: 05 set. 2021.
- BOTELHO, André (2020). “O Modernismo como movimento cultural: uma sociologia política da Cultura”. *Lua Nova* [online], v. 111, p. 175-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-175209/111>. Acessado em: 13 jul. 2021.
- BRASIL (2010). *Concentração dos recursos captados por meio do incentivo fiscal da Lei Rouanet* [online]. Brasília: Área Técnica de Cultura/CNM. Disponível em: <http://www.cnm.org.br>. Acessado em: 14 nov. 2021.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* [online]. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao. Acessado em: 05 set. 2021.
- CALABRE, Lia (Org.) (2006). *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura* [online]. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2006-Oficinas_do_sistema_nacional_de_cultura.pdf. Acessado em: 09 set. 2021.
- CALABRE, Lia (2009). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV.
- CALABRE, Lia (2014). “Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online], n. 58, p. 137-156. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p137-156>. Acessado em: 05 set. 2021.
- CAMPOS, Marilene de Souza; SILVA, Lara Luíza; VIEIRA, Laís Barbosa; GUIMARÃES, Sinara (2020). “Controle social e produção de políticas através de contratos: parcerias público-privadas de Minas Gerais e São Paulo no período 2005-2015”. *Read* [online], v. 26, n. 3, p. 673-708. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.299.97769>. Acessado em: 05 set. 2021.
- CHAUÍ, Marilena; Nogueira, Marco Aurélio (2007). “O pensamento político e a redemocratização do Brasil”. *Lua Nova* [online], v. 71, p. 173-228. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>. Acessado em: 05 set. 2021.
- CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. (2008). “Undertaking a literature review: a step-by-step approach”. *British Journal of Nursing* [online], v. 17, n. 1, p. 38-43. Disponível em: [10.12968/bjon.2008.17.1.28059](https://doi.org/10.12968/bjon.2008.17.1.28059). Acessado em: 14 nov. 2021.
- DE MARCHI, Leonardo (2014). “Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e Cultura no Brasil”. *Intercom - RBCC* [online], v. 37, n. 1, p. 193-215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-58442014000100010>. Acessado em: 25 jan. 2022.

- FERRON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (2019). “Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP* [online], v. 31, n. 1, p. 173-193. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.144335>. Acessado em: 15 jul. 2021.
- GOHN, Maria da Glória (2019). “Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais”. *Caderno CRH* [online], v. 32, n. 85, p. 63-81. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Acessado em: 12 fev. 2021.
- GUIMARÃES, Bruno Costa (2020). “Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na Cultura está mais concentrado que o PIB?”. *Mediações* [online], v. 25, n. 2, p. 412-426. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020.2v25n2p412>. Acessado em: 05 set. 2021.
- KATO, Karina; GARCIA, Ana (2016). “Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique”. *Caderno CRH* [online], v. 29, n. 76, p. 69-86. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000100005>. Acessado em: 14 nov. 2021.
- LEAL, Sayonara (2017). “Diversidade Cultural e reconhecimento no quadro de Políticas de Comunicação e Cultura no Brasil: desafios e perspectivas para concretização da Convenção da Unesco de 2005”. *Política & Sociedade* [online], v. 16, n. 35, p. 94-131. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p94>. Acessado em: 15 set. 2021.
- MARQUES, Marcelo de Souza (2015). “Críticas ao modelo hierarquizado de cultura: por um projeto de democracia cultural para as políticas culturais públicas”. *Rev. Estud. Soc.* [online], n. 53, p. 43-51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7440/res53.2015.03>. Acessado em: 09 fev. 2022.
- PAULINO, Ana Elisa Lara (2020). “O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa”. *Rev. Katálysis* [online], v. 3, n. 23, p. 562-571. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562>. Acessado em: 05 set. 2021.
- PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) (2011). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.
- PIZZINATO, Adolfo; TEDESCO, Pedro de Castro; CÉ, João Pedro (2018). “Comunidade Porvir: emancipação social e configurações comunitárias em um Ponto de Cultura”. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], v. 38, n. 4, p. 636-648. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312017>. Acessado em: 06 mar. 2022.
- RIDENTI, Marcelo (2005). “Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP* [online], v. 17, n. 1, p. 81-110. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/f4Ztm8ZzQsWhgywLyjWNWJq/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 05 set. 2021.

- ROMÃO NETTO, José Veríssimo (2015). “Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção”. *Rev. Adm. Pública* [online], v. 49, n. 4, p. 1011-1037. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612126964>. Acessado em: 25 nov. 2021.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (2007). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Sophia Cardoso (2020). “Brazilian cultural policies during the governments of Lula da Silva and Dilma Rousseff: domestic decentralization and supranational regionalization”. *Sul Global* [online], v. 1, n. 2, p. 97-126. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/37745>. Acessado em: 15 set. 2021.
- SANTOS, Ademir Valdir dos (2012). “Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945)”. *Revista Portuguesa de Educação* [online], v. 25, n. 1, p. 137-163. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rpe.3019>. Acessado em: 07 fev. 2022.
- SANTOS, Priscilla Ribeiro dos (2016). “Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos”. *Rev. Adm. Pública* [online], v. 50, n. 3, p. 501-511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612147073>. Acessado em: 26 ago. 2021
- VALENTE, Maria Esther Álvarez; HANDFAS, Ethel Rosemberg (2012). “O Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação”. *Revista Ciências Estratégicas* [online], v. 20, n. 28, p. 271-284. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=151326917005>. Acessado em: 05 set. 2021.
- VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero (2011). “A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil”. *RAP* [online], v. 45, n. 1, p. 107-139. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000100006>. Acessado em: 13 jul. 2021.
- VENTURA, Tiago (2016). “Democracia e participação: inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil”. *Cad. Ebape.BR* [online], v. 14, n. 3, p. 705-720. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131003>. Acessado em: 26 ago. 2021.



Recebido em janeiro de 2022
Aceito para publicação em abril de 2022